

ÍNDICE

TÍTULO I

TEORIA GERAL DO PROCESSO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. Direito processual	1
2. Conceitos básicos	3

CAPÍTULO II

A LEI PROCESSUAL

3. Lei processual no espaço	5
4. Lei processual no tempo	6

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS GERAIS DO PROCESSO CIVIL

5. Garantias constitucionais do processo civil	9
5.1. Devido processo legal (CF, art. 5º, LIV)	9

V

5.2. Imparcialidade	10
5.3. Contraditório (CF, art. 5º, LV)	11
5.4. Ampla defesa (CF, art. 5º, LV)	12
5.5. Fundamentação (CF, art. 93, IX)	13
5.6. Publicidade (CF, art. 5º, LX)	14
5.7. Da celeridade processual (CF, art. 5º, LXXVIII)	15
6. O duplo grau de jurisdição	15
7. Princípios gerais internos do processo civil	16
7.1. Ação e disponibilidade	16
7.2. Verdade formal	17
7.3. Lealdade processual	18
7.4. Oralidade	19
7.5. Economia processual	20

CAPÍTULO IV

JURISDIÇÃO

8. Formas de composição de litígios	20
8.1. Autotutela	21
8.2. Autocomposição	21
8.3. Tutela jurisdicional (CPC, art. 269, I)	22
9. A tutela jurisdicional estatal	23
9.1. Conceito	23
9.2. Finalidades	23
9.3. Características	24
10. Princípios da jurisdição	24
11. Jurisdição contenciosa e voluntária	25

CAPÍTULO V

AÇÃO

12. Conceito e autonomia	27
13. Condições da ação	31

VI

13.1. Possibilidade jurídica do pedido	31
13.2. Legitimidade	32
13.3. Interesse de agir	33
14. Classificação das ações	34
14.1. De conhecimento	34
14.2. Execução	36
14.3. Cautelar	36
14.4. Monitória	37
15. Elementos da ação	37
15.1. Partes	38
15.2. Causa de pedir	38
15.3. Pedido	39

CAPÍTULO VI

COMPETÊNCIA

16. Conceito e critérios de determinação	40
16.1. Competência internacional	40
16.2. Competência interna	41
16.2.1. Competência das justiças internas civis	42
16.3. Critérios de competência	42
16.3.1. Territorial ou de foro (<i>ratione loci</i>)	43
16.3.2. Matéria (<i>ratione materiae</i>)	44
16.3.3. Pessoa (<i>ratione personae</i>)	44
16.3.4. Valor da causa	45
17. Competência absoluta e relativa	46
17.1. Competência absoluta	46
17.2. Competência relativa	46
18. Prorrogação de competência	48
19. Perpetuação da jurisdição (<i>perpetuatio jurisdictionis</i> — CPC, art. 87)	49
20. Conexão e continência	49
20.1. Conexão (CPC, art. 103)	49

20.1.1. Questões prejudiciais externas	51
20.2. Continência	51
21. Prevenção	52
22. Conflito de competência	53

CAPÍTULO VII

DAS PARTES E SEUS PROCURADORES

23. Relação jurídica processual	53
24. Conceito de parte	54
25. Faculdades, deveres e ônus processuais	55
25.1. Faculdades processuais	55
25.2. Deveres processuais	55
25.3. Ônus processuais	55
26. Substituição processual e substituição de parte	56
27. Capacidade de estar em juízo e capacidade processual	56
28. Do advogado	58
28.1. Capacidade postulatória	58
28.2. O mandato judicial	59
28.3. Substituição do advogado	59

CAPÍTULO VIII

O MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL

29. O Ministério Público como parte (CPC, art. 81)	60
30. O Ministério Público como fiscal da lei	61
31. Vantagens processuais do Ministério Público	62

CAPÍTULO IX

O JUIZ

32. Deveres do juiz no processo civil	63
33. A imparcialidade	64

CAPÍTULO X

OS ATOS PROCESSUAIS

34. Generalidades	65
34.1. Do processo eletrônico	66
35. O ato processual no tempo	69
36. O ato processual no espaço	70
37. Atos das partes	70
38. Atos do juiz	71
38.1. Despachos	72
38.2. Decisão interlocutória	72
38.3. Sentença	73
39. Prazos processuais	73
39.1. Prazos próprio e impróprio	74
39.2. Prazos dilatatório e peremptório	74
39.3. Preclusão	75

CAPÍTULO XI

PRESSUPOSTOS E NULIDADES PROCESSUAIS

40. Pressupostos processuais	76
41. Forma de controle externo das nulidades	77
41.1. Da nulidade absoluta insanável, por ausência dos pressupostos de existência	78

41.2. Nulidade absoluta, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido do processo, sujeita à ação rescisória	80
42. Controle incidental das nulidades processuais	82

CAPÍTULO XII

LITISCONSÓRCIO

43. Conceito e classificações	84
44. Espécies de litisconsórcio	84
44.1. Facultativo	84
44.2. Necessário	85
44.3. Simples	87
44.4. Unitário	87
44.5. Limitação do litisconsórcio facultativo	88

CAPÍTULO XIII

INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

45. Conceito	89
46. Assistência	90
46.1. Modalidades de assistência	91
46.2. Poderes do assistente	92
46.3. Procedimento	93
47. Oposição	93
47.1. Procedimento	93
48. Nomeação à autoria	94
48.1. Procedimento	95
49. Denúnciação da lide	96
49.1. Hipóteses legais	97

49.2. Obrigatoriedade da denunciação	98
49.3. Procedimento	99
49.3.1. Para o autor	99
49.3.2. Para o réu	100
50. Chamamento ao processo	101

CAPÍTULO XIV

FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO

51. Formação do processo	103
52. Suspensão do processo	105
52.1. Causas de suspensão do processo	106
52.1.1. Perda da capacidade ou morte da parte ou do advogado	106
52.1.2. Convenção das partes	107
52.1.3. Oferecimento de exceções processuais	108
52.1.4. Existência de questões prejudiciais ex- ternas	108
52.1.5. Força maior	110
53. Extinção do processo	110
53.1. Extinção sem resolução de mérito	110
53.1.1. Indeferimento da inicial (CPC, art. 267, I)	110
53.1.2. Abandono do processo (CPC, art. 267, II e III)	112
53.1.3. Ausência dos pressupostos processuais (CPC, art. 267, IV)	113
53.1.4. Perempção (CPC, art. 267, V)	113
53.1.5. Litispêndência e coisa julgada (CPC, art. 267, V)	114
53.1.6. Ausência de condições da ação (CPC, art. 267, VI)	114

53.1.7. Pela convenção de arbitragem (CPC, art. 267, VII)	114
53.1.8. Desistência da ação (CPC, art. 267, VIII)	115
53.1.9. Intransmissibilidade da ação (CPC, art. 267, IX)	115
53.1.10. Confusão (CPC, art. 267, X)	115
53.2. Extinção com resolução de mérito	116
53.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido mediato (CPC, art. 269, I)	116
53.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido (CPC, art. 269, II)	116
53.2.3. Transação (CPC, art. 269, III)	117
53.2.4. Renúncia (CPC, art. 269, V)	117
53.2.5. Decadência e prescrição (CPC, art. 269, IV)	117

CAPÍTULO XV

PROCEDIMENTO

54. Conceito	118
55. Procedimento comum	118
55.1. Rito ordinário	119
55.2. Rito sumário	120
56. Procedimentos especiais	122

TÍTULO II

PROCESSO DE CONHECIMENTO

CAPÍTULO XVI

PETIÇÃO INICIAL

57. Conceito	123
--------------------	-----

58. Requisitos	124
59. Emenda e indeferimento da inicial	128
60. Matéria unicamente de direito	130

CAPÍTULO XVII

ANTECIPAÇÃO DA TUTELA

61. Conceito	130
62. Requisitos	133
62.1. Requisitos obrigatórios	133
62.1.1. Prova inequívoca da verossimilhança ..	133
62.1.2. Reversibilidade	133
62.2. Requisitos alternativos	135
62.2.1. Fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação	135
62.2.2. Abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu	136
62.2.3. Incontrovérsia dos pedidos formulados	136

CAPÍTULO XVIII

DA CITAÇÃO

63. Conceito e generalidades	136
64. Modalidades	137
64.1. Das citações reais	137
64.1.1. Pelo correio (CPC, arts. 222 e 223)	138
64.1.2. Por oficial de justiça (CPC, arts. 225 e 226)	138
64.1.3. Por meio eletrônico	139
64.2. Citações fictas ou presumidas	140
64.2.1. Por edital (CPC, arts. 231 a 233)	140
64.2.2. Por hora certa (CPC, arts. 227 a 229) ..	140
65. Efeitos	141
65.1. Efeitos processuais	141

65.2. Efeito material	142
65.3. Prescrição	142
66. Intimação e notificação	142

CAPÍTULO XIX

DA RESPOSTA DO RÉU

67. Generalidades e espécies	143
68. Contestação	144
68.1. Contestação processual (defesa formal ou preliminar de mérito)	144
68.2. Defesa de mérito	146
69. Exceção	148
69.1. Exceção de incompetência (exceção declinatória de foro)	148
69.2. Exceção de impedimento ou suspeição	148
70. Reconvenção	151
70.1. Pontos polêmicos	152

CAPÍTULO XX

DA FASE ORDINATÓRIA

71. Da revelia	154
71.1. Presunção da veracidade dos fatos narrados na inicial	154
71.2. Desnecessidade de intimação dos atos do processo	155
72. Declaração incidente	155
73. Dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (CPC, art. 326)	157
74. Das alegações do réu	157

CAPÍTULO XXI

DO JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO

75. Conceito	157
76. Da extinção do processo	158
77. Do julgamento antecipado da lide	158
78. Saneamento do processo	159

CAPÍTULO XXII

TEORIA GERAL DAS PROVAS

79. Conceito	161
80. Objeto da prova	161
80.1. Prova sobre direito	162
81. Finalidade e destinatário da prova	163
82. Ônus da prova	163
83. Momentos da prova	165

CAPÍTULO XXIII

DEPOIMENTO PESSOAL

84. Conceito e procedimento	167
85. Diferença entre interrogatório judicial e depoimento pessoal	168
86. Confissão	169

CAPÍTULO XXIV

PROVA DOCUMENTAL

87. Conceito	170
--------------------	-----

88. Documento público.....	170
89. Documento particular	171
90. Falsidade de documento	171
91. Produção da prova documental	172

CAPÍTULO XXV

PROVA TESTEMUNHAL

92. Conceito	173
93. A testemunha	174
94. Produção da prova testemunhal	175

CAPÍTULO XXVI

PROVA PERICIAL E INSPEÇÃO JUDICIAL

95. Conceito e modalidades	176
96. Perito	177
97. Assistente técnico	178
98. Procedimento	178
99. Quesitos e pagamento da perícia	180
100. Inspeção judicial	181
100.1. Conceito e procedimento	181

CAPÍTULO XXVII

AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

101. Conceito	182
102. Procedimento	183

XVI

102.1. Atos preparatórios	183
102.2. Conciliação	184
102.3. Instrução e julgamento	184

CAPÍTULO XXVIII

SENTENÇA E COISA JULGADA

103. Conceito	185
104. Requisitos formais da sentença	187
104.1. Relatório	188
104.2. Fundamentação	188
104.3. Dispositivo	188
105. Vícios da sentença	189
106. Classificação das sentenças pela natureza do provi- mento jurisdicional	190
107. Efeitos da sentença	191
108. Conceito de coisa julgada	192
109. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	193
109.1. Limites objetivos	193
109.2. Limites subjetivos	195
110. Eficácia preclusiva da coisa julgada	196

CAPÍTULO XXIX

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

111. Conceito	198
112. Pressupostos subjetivos	199
112.1. Legitimidade	199
112.2. Interesse	200
113. Pressupostos objetivos	200
113.1. Tempestividade	201
113.2. Cabimento	201

113.3. Preparo	202
113.4. Generalidades	202
114. Recurso adesivo	203

CAPÍTULO XXX

DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

115. Apelação	204
115.1. Efeitos da apelação	204
115.1.1. Devolutivo	204
115.1.1.1. Conhecimento de ofício de matérias não objeto da apelação	206
115.1.2. Suspensivo	207
115.2. Procedimento	208
115.3. Do juízo de retratação na apelação	208
116. Agravo	210
116.1. Agravo retido	210
116.2. Agravo de instrumento	211
117. Embargos infringentes	213
118. Embargos de declaração	215
119. Uniformização de jurisprudência	216
120. Dos recursos para o Supremo Tribunal Federal e Su- perior Tribunal de Justiça	217
120.1. Recurso ordinário	218
120.2. Do recurso extraordinário e do recurso espe- cial	219
120.2.1. Das hipóteses de cabimento e dos pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário	219
120.2.2. Das hipóteses de cabimento e dos pressupostos de admissibilidade do recurso especial	223

120.2.3. Do procedimento dos recursos extraordinário e especial.....	224
--	-----

CAPÍTULO XXXI

DA AÇÃO RESCISÓRIA

121. Conceito	227
---------------------	-----